

O COMPORTAMENTO ATUAL DAS PRINCIPAIS ALIANÇAS MILITARES NO TABULEIRO GLOBAL

THE CURRENT BEHAVIOR OF THE MAJOR MILITARY ALLIANCES ON THE GLOBAL STAGE

ENIO MOREIRA AZZI

RESUMO

Este ensaio apresenta o comportamento atual dos principais atores globais em relação às suas alianças e parcerias militares no tabuleiro internacional no contexto da disputa estratégica e da Guerra na Ucrânia. Revela também como tem sido a atuação desses atores na América Latina, com o propósito de ampliar o espaço de influência regional. Assim, refletindo o estado de polarização que se observa no sistema internacional, serão tratadas as aproximações estratégicas mais recentes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), dos Estados Unidos da América (EUA), da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO, sigla em inglês), Rússia e da China, fruto da condução das respectivas políticas externas na articulação de suas principais alianças e parcerias militares. O trabalho discute ainda o fenômeno do não alinhamento como possibilidade estratégica, abordando como alguns dos principais atores emergentes periféricos têm evitado adotar um alinhamento automático em relação à disputa das grandes potências pela conquista de um maior coeficiente de poder e o estabelecimento de hegemonia, num mundo globalizado e cujas relações entre Estados possuem um elevado grau de interdependência.

PALAVRAS-CHAVE

Alianças militares; Parcerias Estratégicas; Não Alinhamento; Multilateralismo.

ABSTRACT

This essay presents the current behavior of the main global actors in relation to their military alliances and partnerships on the international board in the context of the strategic dispute and the War in Ukraine. It also reveals how these actors have acted in Latin America, with the purpose of expanding the space of regional influence. Thus, reflecting the state of polarization that the international system is in, the most recent strategic approaches of the North Atlantic Treaty Organization (NATO), the United States of America (USA), the Collective Security Treaty Organization (CSTO) will be addressed, acronym in English, Russia and China, as a result of the conduct of their respective foreign policies in the articulation of their main military alliances and partnerships. The work also discusses the phenomenon of non-alignment as a strategic possibility, approaching how some of the main emerging peripheral actors have avoided adopting an automatic alignment in relation to the dispute between the great powers for the conquest of a greater coefficient of power and the establishment of hegemony, in a world globalized and whose relations between States have a high degree of interdependence.

KEY WORDS

Military alliances; Strategic Partnerships; Non-alignment; Multilateralism.

O AUTOR

Analista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx); Coronel da Reserva do Exército Brasileiro; Doutor em Ciências Militares (ECEME); Graduado em História (UFMG); e Pesquisador do Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP/CEEEx).



SUMÁRIO EXECUTIVO

Este ensaio, o terceiro da linha de pesquisa de *Geopolítica e Estratégias Militares* do Núcleo de Estudos Prospectivos (NEP) do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), tem por objetivo identificar o comportamento atual das principais alianças e parcerias militares no tabuleiro internacional.

No ensaio anterior, foram apresentadas as principais alianças militares existentes no tabuleiro internacional, indicando seus alinhamentos geoestratégicos. O trabalho abordou ainda as parcerias estratégicas mais relevantes, articuladas pelas potências globais como forma de aumentar seu coeficiente de poder, além de preservar e ampliar sua área de influência. Além disso, revelou as características do minilateralismo como recente forma de arranjo coletivo voltado para a cooperação em defesa.

Nas últimas décadas, a ascensão de novas potências ameaça o poder *hegemon* e coloca em xeque a ordem mundial estabelecida, criando um ambiente de incerteza e instabilidade. Além da competição por mercados e produtos estratégicos, a disputa por poder tem assumido a forma de reivindicações territoriais, algumas vezes derivando o emprego da força para a conquista de objetivos políticos, como é o caso da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Nesse ambiente de incerteza e contestação, as potências mundiais buscam se fortalecer, rearticulando suas alianças e parcerias estratégicas, principalmente no campo militar, no âmbito bilateral, minilateral ou multilateral, com reflexos nas regiões periféricas, inclusive, na América Latina.

A OTAN procura se regenerar ante o retorno da ameaça russa, continuando com seu processo de expansão, o que inclui, nesse contexto, a apreciação dos pedidos de adesão da Finlândia e da Suécia. Os Estados Unidos (EUA) dirigiram os esforços da sua política externa para a região da Ásia-Pacífico ou Indo-Pacífico, a fim de preservar a hegemonia naquela região, ameaça pela ascensão e pelas reivindicações territoriais chinesas. Nesse sentido, no campo da Segurança e da Defesa, têm incrementado suas alianças com países asiáticos, como o Japão e a Coreia do Sul, além de promover novas parcerias minilaterais, como a AUKUS, aliança militar trilateral com a Austrália e Reino Unido. Em um esforço secundário, os EUA tentam resgatar seu protagonismo e sua influência na América Latina, após a China tornar-se o principal parceiro comercial dos países da região.

Verificamos como a atuação da *CSTO* está relacionada aos objetivos estratégicos da Rússia de preservar a sua autonomia e a flexibilidade, além de garantir sua predominância político-militar no seu entorno.

Quanto à Rússia, assolada pelas sanções internacionais de toda ordem devido à campanha na Ucrânia, busca reforçar as alianças e parcerias com países que se contrapõem ao domínio euro-americano do sistema internacional. Embora de forma limitada, Moscou tem procurado manter os laços com alguns países da América Latina, muitos deles construídos no período da Guerra Fria. Em outra vertente, a China, em seu projeto de expansão de base econômica, tem aumentado sua capacidade militar e buscado novas parcerias bilaterais, principalmente, para dar sustentação à sua mobilidade marítima. Além disso, tem se colocado como elemento questionador de princípios que não lhe são favoráveis da ordem mundial, inclusive propondo uma nova estrutura de segurança global.

No contexto da disputa estratégica e da conseqüente rearticulação de alianças e parcerias, nas quais os principais *players* pressionam os outros países a aderirem às suas orientações políticas, surgem países que assumem uma política externa caracterizada pelo não alinhamento, procurando operar, no sistema internacional, de forma autônoma, posicionando-se sobre questões globais de acordo com seus interesses. Essa estratégia de política externa é uma tentativa lógica de maximizar as limitadas janelas de oportunidades globais e de sair do processo de confronto e competição que provoca um ambiente volátil e incerto. Para essa opção, torna-se fundamental resgatar e aplicar o conceito de “autonomia estratégica”, relacionando-o com a necessidade crítica de um consenso estratégico nacional, a fim de se obter uma abordagem unificada para os compromissos internacionais.

1. Introdução

Vivemos um momento de instabilidade global e o mundo tem se tornado mais perigoso (GOMES FILHO, 2022). Após mais de dois anos de enfrentamento da pandemia de Covid-19, desde fevereiro deste ano, a Europa sofre os efeitos de um conflito de alta intensidade, provocado pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Em agosto, em reação à visita de parlamentares norte-americanos à República da China (ROC), o governo da República Popular da China (RPC) mobilizou tropas para um exercício militar, que, na verdade, representou uma demonstração de força, para sinalizar a determinação de sua política externa em não renunciar aos territórios por ela contestados, em especial a Ilha Taiwan, aumentando a tensão na disputa estratégica com os EUA. O frequente afloramento dos enfrentamentos entre Israel e Palestina mostra que o conflito árabe-israelense permanece latente naquela região. Os projetos nucleares do Irã e da Coreia do Norte seguem com seus efeitos desestabilizadores para a segurança internacional.

Outras controvérsias globais, muitas vezes, têm levado os atores envolvidos ao uso da força, como: na crise do Cáucaso, entre a Armênia e o Azerbaijão; no conflito no Iêmen, relacionado à disputa regional entre a Arábia Saudita e o Irã; na questão da Síria; e nas persistentes disputas e mazelas internas em regiões da África. Somam-se a isso as limitações dos organismos multilaterais, particularmente da ONU, na preservação da paz e na capacidade de intermediação para a solução pacífica desses conflitos. Para além, o contexto atual tem levado os países a se armarem mais, elevando seus gastos com defesa¹, a fim de aumentar suas

capacidades militares, inclusive nucleares², com traços semelhantes ao que ocorria no período da Guerra Fria.

Essa instabilidade faz parte da reconfiguração do tabuleiro internacional em curso, principalmente, provocada pela ascensão da China e pela ressurgência da Rússia como potência global, colocando em risco pontos fundamentais da ordem mundial. Alguns analistas, inclusive, afirmam que essa ordem está em transição e segue uma direção ainda indefinida. Navegando por esses mares turbulentos, os Estados adotam posturas de viés mais realista nas relações internacionais, buscando se reposicionar e preservar o seu poder, o que passa pelo reforço dos laços com aliados e parceiros estratégicos, utilizando os diversos modelos de arranjos coletivos de cooperação em defesa. A competição estratégica que vem se configurando tem compelido, cada vez mais, os Estados a tomarem uma posição de alinhamento estratégico em relação aos principais *players* do sistema internacional, o que deve considerar o dilema entre a interdependência e a autonomia.

Nesse contexto, como artífice da atual ordem mundial, os EUA, ao verem sua hegemonia ameaçada, reafirmam seus laços com a Aliança Atlântica e voltam-se para o espaço da Ásia-Indo-Pacífico, a fim de procurar conter a expansão chinesa, juntamente com seus parceiros estratégicos da região. A Rússia, que, nas duas últimas décadas, recompôs seu poderio econômico e militar, está empenhada em conter o avanço da OTAN para leste, em reestruturar, no que for possível, o antigo espaço soviético, preservando a influência

² A importância da arma nuclear decorre do “paradoxo da estabilidade-instabilidade” de Glenn Snyder: por um lado, a ameaça nuclear limita a violência e reduz a violência entre os Estados nucleares, gerando “estabilidade”; mas a posse de um arsenal dessa natureza permite que aquele Estado emprenda políticas agressivas ou hostis em relação aos seus rivais, evitando afetar interesses vitais que possam desencadear uma retaliação nuclear, o que promove a «instabilidade». Um erro no cálculo estratégico de uma das partes envolvidas pode gerar consequências. SNYDER, Glenn H. *Deterrence and defense: toward a theory of national security*. Princeton University Press, 1961.

¹ Os gastos militares mundiais continuaram a crescer em 2021, atingindo uma alta histórica de US\$ 2,1 trilhões. Este foi o sétimo ano consecutivo em que os gastos aumentaram. Fonte SIPRI: <<https://sipri.org/media/press-release/2022/world-military-expenditure-passes-2-trillion-first-time>>

em seu exterior próximo, além de, no âmbito global, procurar sua reinserção, formando um novo polo de poder. A China segue com sua estratégia de expansão pela via comercial e financeira, firmando parcerias no campo econômico, mas, ao mesmo tempo, organizando uma força armada capaz de respaldar suas reivindicações territoriais e sua política externa. A Europa Ocidental, reunida em torno na União Europeia (UE) e da OTAN, busca recuperar sua capacidade dissuasória militar para, novamente, fazer face à ameaça russa, tendo o poder militar – principalmente o guarda-chuva nuclear – e econômico dos EUA como fiador da segurança do espaço euro-atlântico.

A América Latina e o Caribe, geograficamente, estão em uma posição marginal aos principais polos de poder, afastados das principais áreas de fricção do globo. Sem uma ameaça comum de vulto e livres das armas nucleares, enfrentam desafios econômicos, sociais e políticos de toda ordem. Além disso, o subcontinente vive um momento de polarização político-ideológica, envolvendo os diversos governos que dirigem os Estados latino-americanos, o que dificulta a integração regional e o estabelecimento de mecanismos de segurança coletiva. Embora, pela proximidade, os países latino-americanos encontrem-se sob a esfera de influência estadunidense, a China conquistou a posição de maior parceiro comercial da região, enquanto a Rússia tem encontrado espaços para sua inserção no Continente. Iniciativas, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e, mais recentemente, o Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), tentam mobilizar os Estados a fim de conjugar esforços para a efetivação de interações estratégicas cooperativas na área de defesa.

Nesse contexto, este ensaio objetiva analisar o comportamento das alianças e parcerias articuladas pela política externa da OTAN, dos EUA, da *CSTO*, da Rússia e da China. Em complemento, apresenta

o desenvolvimento das relações internacionais de alguns países emergentes que buscam flexibilidade, para evitar o alinhamento automático a qualquer polo de poder.

2. Comportamento das principais alianças e parcerias atuais

2.1 Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

A OTAN, uma das mais típicas e longevas alianças militares, embora tenha perdido relevância ao longo de sua existência, teve sua imprescindibilidade renovada com a guerra na Ucrânia e a ameaça que a Rússia passou a representar para os países da Europa Ocidental.

Considerada base da defesa coletiva dos países da Europa Ocidental, teve sua capacidade militar reduzida após o fim da Guerra Fria, resultando em um cenário de defesa fragmentado. Além de experimentar algumas intervenções fora do espaço euro-atlântico, a Aliança foi adicionando novos membros durante sua trajetória, chegando a uma composição com trinta países, inclusive ex-aliados soviéticos.

O comportamento atual mais significativo da Organização foi a convergência de posição e de esforços contra a invasão da Ucrânia pela Rússia e a realização, em junho, da Cúpula de Madri (*NATO Summit 2022*), quando foi divulgada a nova Conceção Estratégica da OTAN (*NATO's New Strategic Concept*), que não havia sido alterada desde 2010. O documento orientador reflete sobre a percepção do ambiente de segurança atual, identificando a Rússia como a ameaça mais significativa e direta à segurança dos aliados. Também aborda, pela primeira vez, a China, por “desafiar os interesses, segurança e valores da OTAN, com suas ambições declaradas e políticas coercitivas” (*NATO, 2022*).

Em vista da identificação de uma ameaça de conflito convencional, foram previstas medidas que aprimoram e fortalecem a dissuasão e a

defesa em todos os domínios, com mais tropas e equipamentos preposicionados no flanco leste do espaço euro-atlântico, a fim de aumentar o estado de prontidão das forças multinacionais da OTAN. Além disso, os Chefes de Estado e de Governo da Aliança do Atlântico Norte reafirmaram o compromisso de investir pelo menos 2% do PIB em defesa até 2024.

Sob essa nova perspectiva, a OTAN busca se adaptar aos desafios emergentes, que, além do enfrentamento às ameaças estatais, abrange a celebração de um acordo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e a previsão de investimentos conjuntos para o desenvolvimento de tecnologias emergentes de dupla utilização, como a Inteligência Artificial.

Austrália, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia se juntaram a uma cúpula da OTAN ineditamente, com o objetivo de aprofundar a cooperação e enfrentar os desafios globais, indicando um maior alinhamento da Aliança Atlântica à prioridade geoestratégica dos EUA em relação ao Indo-Pacífico. Ainda, a OTAN destacou os compromissos firmados com a Jordânia, a Mauritânia, a Bósnia-Herzegovina, a Geórgia e a Moldávia, além da parceria estratégica e da complementaridade com a União Europeia.

Ademais, após terem sido superados os entraves colocados pela Turquia, deu-se prosseguimento ao processo de alargamento da OTAN com a assinatura dos Protocolos de Adesão da Finlândia e da Suécia, reafirmando-se o compromisso com a política de *Portas Abertas* para aspirantes a membros. A aceitação do pedido de inclusão provocou protestos do Kremlin, uma vez que os dois países, além de quebrarem um histórico posicionamento de neutralidade, encontram-se muito próximos do território russo, sobretudo a Finlândia, que compartilha mais de 1.300 km de fronteira com a Rússia.

Na visão de muitos analistas, além das sanções impostas à Rússia e do determinante apoio militar prestado às tropas ucranianas,

a resiliência da OTAN, sua nova potencial expansão e o reforço de forças de pronta resposta – com maior prontidão e presença avançada – somados à intenção dos Estados-membros de aumentarem as capacidades militares são efeitos colaterais, provocados pela invasão da Ucrânia, que atingiram diretamente Moscou. Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022, a OTAN mais do que triplicou o número de soldados aliados desdobrados ao longo do flanco da Aliança. Atualmente, cerca de 40.000 soldados aliados estão participando das missões de defesa e dissuasão da OTAN na parte oriental da área euro-atlântico (BELKIN, 2022).

Ainda é cedo para identificar que forma a aliança transatlântica vai assumir a partir do ponto de inflexão provocado pela guerra na Ucrânia e da consequente adoção da concepção estratégica de 2022, que traz um novo delineamento de tarefas e desafios de segurança, além de propor uma postura de defesa avançada capaz de repelir uma eventual agressão. Essa incerteza é motivada por algumas questões.

Primeiro, se os Estados-membros europeus da OTAN terão capacidade de assumir mais plenamente a responsabilidade primária por sua própria segurança, desonerando os EUA, de forma que ele possa se dedicar mais à região do Indo-Pacífico, onde as ameaças ao equilíbrio de poder são maiores. Atualmente, os EUA lideram a Aliança e continuam a oferecer a “primeira resposta” de segurança da Europa Ocidental. Segundo Stephen Walt (2022), as capacidades militares norte-americanas continuam sendo superiores às forças europeias da Aliança, sobretudo pela cobertura nuclear que os EUA proporcionam aos outros membros da Organização.

Segundo, embora a OTAN tenha identificado a China como “concorrente sistêmico que busca minar a ordem internacional baseada em regras, mantendo sua estratégia,

intenções e desenvolvimento militar obscuros”³, alguns aliados europeus permanecem relutantes em antagonizar um grande parceiro econômico e se preocupam com as implicações mais amplas de um relacionamento conflituoso com Pequim (BELKIN, 2022).

Terceiro, em reação política imediata à invasão da Ucrânia, grande parte dos Estados-membros da OTAN anunciou aumentos substanciais em seus orçamentos de Defesa. Inclusive, a Alemanha comprometeu-se a ultrapassar o dobro de investimentos no setor, a partir de 2022. Porém, o aumento efetivo do aparato bélico dos países da Aliança e o esforço coordenado de conjugar essas capacidades militares de forma a tornar a dissuasão crível e a defesa coletiva eficaz ainda são desafios a superar de maneira sustentada e concentrada. Disso, decorrem duas questões: (1) se os compromissos de segurança assumidos serão realmente cumpridos, dando efetividade ao discurso político; e (2) se esse esforço será suficiente para manter a defesa europeia na direção desejada. Deve-se considerar que os governantes terão de refazer a distribuição dos recursos orçamentários, em um momento cuja inflação na Europa atinge índices elevados e cuja crise energética assombra com intensidade variável os países da Aliança.

Em síntese, após a invasão da Ucrânia, que concretizou a possibilidade de ataque a um membro da OTAN, parece irrefutável a necessidade de investimentos robustos na recomposição das capacidades militares necessárias para a defesa coletiva da Aliança. Os recém-lançados *Strategic Compass for Security and Defence*⁴ da União Europeia e *NATO Strategic Concept 2022* sinalizam novos direcionamentos para os dois blocos em política externa e segurança, que voltam a se concentrar

³ Madrid Summit Declaration, NATO-2022: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_196951.htm>

⁴ EU Strategic Compass for Security and Defence: <<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7371-2022-INIT/en/pdf>>.

no espaço euro-atlântico, sem desconsiderar um possível envolvimento no complexo mosaico geopolítico da Ásia-Pacífico. No entanto, os europeus ainda enfrentarão muitos desafios para sustentar esse ímpeto e obter mais autonomia estratégica. A conjuntura econômica atual faz com que a OTAN, para “ganhar músculos, tenha que apertar o cinto”, devendo compatibilizar os recursos para a Defesa com outras prioridades políticas, tais como: a recuperação econômica pós-Pandemia, o combate à inflação, a migração, a mudança climática e a transição energética. Depois de décadas de declínio dos investimentos militares, é necessária uma nova iniciativa que não desperdice a urgência criada pela guerra da Rússia na Ucrânia.

2.2 EUA: comportamento das alianças e parcerias estratégicas militares

Face à invasão da Ucrânia, empreendida pelo Presidente Putin, os EUA reforçaram o compromisso com seus aliados da Europa, atuando como garantidor da capacidade militar da OTAN de dissuadir ou de se contrapor militarmente à Rússia. Por sua vez, o governo do Presidente Biden assumiu da administração anterior o objetivo declarado de competir estrategicamente com a China, cujo papel geopolítico tem sido cada vez mais significativo, o que ameaça mais de sete décadas de liderança norte-americana na região da Ásia-Pacífico.

Apesar dos esforços, o desalinhamento entre a estratégia dos EUA e os recursos de defesa disponíveis impediu o Pentágono de responder oportunamente à crescente ascensão militar da China, cuja modernização está transformando o Exército de Libertação Popular (PLA) em uma força conjunta com capacidade de atuar nos múltiplos domínios da guerra. Além de dispor da maior força naval e aérea do mundo, as excepcionais capacidades antiacesso e negação de área (A2/AD) do PLA representam

desafios sem precedentes de projeção de poder dos Estados Unidos na porção ocidental do Pacífico. Em vista disso, Washington não pôde mais garantir um equilíbrio de poder regional favorável por si só, sendo necessária uma abordagem coletiva à estratégia de defesa do Indo-Pacífico, capacitando e alavancando aliados e parceiros (TOWNSHEND, 2022).

Assim, o comportamento atual da Casa Branca, em termos de alianças e parcerias, coerente com a prioridade de sua política externa, concentrou-se na Ásia-Pacífico. Além disso, os EUA reforçaram aproximações estratégicas no Oriente Médio, organizaram a cúpula das Américas e lideraram a mobilização contra a invasão empreendida por Moscou, principalmente, fornecendo apoio financeiro e militar à Ucrânia e impondo graves sanções à Rússia.

Nesse contexto, a diplomacia presidencial desenvolvida por Joe Biden foi mobilizada por recentes visitas realizadas a aliados históricos, o Japão e a Coreia do Sul, confirmando a importância geoestratégica que Washington atribui àquela região, na qual busca restabelecer um equilíbrio de poder e conter a ascensão econômico-militar de Pequim, no Mar da China.

Na Coreia do Sul, foram firmados acordos nas esferas econômico-comercial e estratégico-militar. Nesse último caso, buscou a estabilização da península e a defesa contra um possível ataque norte-coreano. Além de tratar da questão nuclear em relação à Coreia do Norte, os EUA reafirmaram a intenção de fortalecer a chamada “dissuasão estendida⁵”. Nesse sentido,

⁵ O desafio da dissuasão – desencorajar os Estados de realizar ações indesejadas, especialmente a agressão militar – tornou-se novamente um tema principal na política de defesa dos EUA. A dissuasão deve ser concebida principalmente como um esforço para moldar o pensamento de um potencial agressor. Para tal, ela exige a modelagem matizada de percepções para que um adversário veja as alternativas à agressão como mais atraentes do que a guerra. A dissuasão estendida envolve desencorajamento de ataques a aliados ou parceiros.

nos últimos anos, Washington desenvolveu uma doutrina tático-estratégica que combina o apoio a Seul na implementação do Plano de Reforma da Defesa 2020 e o aprimoramento das bases militares dos EUA localizadas na Coreia do Sul. Além disso, as negociações preveem esforços conjuntos no desenvolvimento de tecnologias críticas, medidas para garantir as cadeias de suprimento, particularmente de semicondutores, e promover a cooperação digital das telecomunicações.

O recente encontro dos líderes dos EUA e do Japão marcou a busca dos dois países por desenvolver conjuntamente uma estratégia de contrapeso em relação à China, com base na visão de um “Indo-Pacífico livre e aberto”, na proteção de tecnologias sensíveis e na cooperação econômico-militar. Os Estados Unidos consideram o aprimoramento estratégico de suas bases no Japão um elemento indispensável para obter uma vantagem tático-operacional na região, visando a conter a assertividade político-militar de Pequim em relação a Taiwan e a presença chinesa nas proximidades das Ilhas Senkaku, nos estreitos de Miyako, Luzon e Málaca, que são passagens obrigatórias para as Linhas Marítimas de Comunicações (SLOC) que atravessam o Mar da China.

Para mais, em Tóquio, o Presidente Biden lançou a ideia de formação do *Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity (IPEF)*, uma estrutura que se propõe a reunir, pelo menos, doze países da região⁶. É uma

Uma estratégia que exige a projeção de força militar e credibilidade. Reforçar a dissuasão estendida envolve tomar medidas para convencer um potencial agressor de que o defensor distante responderá a um ataque a um aliado ou parceiro. Tais medidas incluem ações como estacionar um número significativo de tropas do estado dissuasor no território da nação ameaçada. Assim, o defensor procura criar a percepção de que, de fato, não tem escolha a não ser responder se seu aliado for atacado. <https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/perspectives/PE200/PE295/RAND_PE295.pdf>

⁶ O IPEF pretende incluir 7 dos 10 membros da ASEAN –

estratégia econômica que deverá complementar as atividades diplomáticas e de segurança, além de ser uma alternativa ao *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP)*, associação que se formou sem os EUA após a saída norte-americana do acordo de livre comércio conhecido como Parceria Transpacífica (*TPP*, sigla em inglês).

Na mesma oportunidade, os líderes das nações do *Quadrilateral Security Dialogue (QUAD)* – Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos – reuniram-se em Tóquio e anunciaram: uma parceria de conscientização de domínio marítimo, para controle das rotas comerciais de forma integrada; a formação de uma base cooperativa, para garantir a manutenção das cadeias de suprimentos na região; e aumentar a resiliência em resposta às vulnerabilidades de segurança cibernética, para a proteção a infraestruturas críticas. Nesse contexto, a Índia é um elemento-chave que, apesar do histórico posicionamento autônomo e independente, os EUA buscam atrair e envolver cada vez mais como parceiro das suas iniciativas estratégicas para a região, superando, inclusive, condutas e posicionamentos contrários aos defendidos por Washington.

Dessa forma, nos últimos meses, o Sudeste Asiático presenciou abundantes atividades diplomáticas e exercícios militares conjuntos, desenvolvidos tanto por parte dos EUA como da China. Tudo isso em meio a um período de alta tensão, principalmente durante a visita de parlamentares norte-americanos à ilha de Taiwan, atitude fortemente condenada por Pequim, que reivindica a ilha como parte de seu território, a partir do reconhecimento internacional da unidade chinesa.

Assim, além de reforçar as alianças e parcerias bilaterais, como a Coreia do Sul

e o Japão, a estratégia para o Indo-Pacífico do governo norte-americano tem procurado alavancar a cooperação multilateral, por meio da *ASEAN* e de mecanismos como o *QUAD* e a *AUKUS*. As intensas atividades promovidas pelos EUA este ano na região demonstram a firmeza de propósito de Washington em relação ao Indo-Pacífico, ao mesmo tempo em que lida com a crise na Ucrânia.

Para o próximo ano, o Departamento de Defesa norte-americano propôs a aplicação de US\$ 6,1 bilhões para apoiar uma maior postura de força, investimentos em infraestrutura e prontidão militar na região do Indo-Pacífico. Dessa forma, os EUA estão empenhados na estruturação, anunciada por Lloyd Austin, Secretário de Defesa, de uma “dissuasão integrada”, estratégia que preconiza a harmonia das capacidades e prioridades de defesa tradicionais e emergentes, juntamente com ferramentas de poder não militares, com parceiros e aliados.

Em 2021, ao retirar suas forças do Afeganistão, os EUA, de certo modo, concluíram a cruzada de “Guerra ao Terror”, empreendida globalmente desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Então, puderam focar na região da Ásia-Pacífico com mais exclusividade, a fim de efetivar a prioridade que tentam estabelecer por mais de uma década, em meio às crescentes capacidades e assertividade da China. Paradoxalmente, enquanto as relações sino-americanas contemporâneas podem ser caracterizadas como, cada vez mais, conflitantes em todas as suas dimensões, muitos aliados e parceiros dos EUA tentam manter relações com Pequim com quem uma cooperação significativa continua sendo possível (TOWNSHEND, 2022).

Do ponto de vista de Pequim, a presença militar dos EUA na região e a mobilização de suas alianças e parcerias constituem importantes desafios à segurança da China, considerando um cenário em que as perspectivas estratégicas das duas grandes potências vêm se tornando ainda mais antagonicas, tendo Taiwan emergido como

Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã – junto com Austrália, Nova Zelândia, Japão, Coreia do Sul e Índia.

elemento central e potencial ponto de conflito.

A reorientação estratégica focada na Ásia enfatizou a necessidade de reforçar a postura regional dos EUA e de modernizar a rede de aliados e parceiros, a partir de uma abordagem coletiva de segurança, contribuindo para o desenvolvimento de novas capacidades de defesa, a fim de conter a ascensão da China. Assim, o Pentágono, para compensar as limitações do poder militar dos EUA, busca alcançar uma “vantagem estratégica assimétrica”, com o fortalecimento dos aliados e parceiros, de forma a poder contribuir com um equilíbrio coletivo de poder.

O governo Biden tem procurado acelerar os esforços para fortalecer as capacidades militares de aliados e parceiros como parte de uma estrutura de defesa coletiva, que chama de “dissuasão integrada”⁷ (GARAMONE, 2021). Também adotou esforços minilaterais para aprofundar os laços, ao mesmo tempo em que promove a resolução coletiva de uma potencial crise do Estreito de Taiwan. Isso se aplica, em particular, à Austrália, ao Japão e à Índia, a partir da revitalização do *QUAD* e da formação da *AUKUS*.

No entanto, dada a crescente preocupação de que a China será capaz de desafiar a ordem regional prevalecente pela força na segunda metade desta década, não está claro se os esforços atuais para fortalecer e integrar alianças e parcerias serão concretizados a tempo de reforçar a dissuasão e melhorar o equilíbrio de poder a favor dos Estados Unidos. O resultado é a incerteza contínua sobre o reequilíbrio há muito prometido pelos Estados Unidos e a sustentabilidade de sua posição estratégica no Indo-Pacífico (TOWNSHEND, 2021).

Além disso, Washington procura preservar

a ordem mundial baseada em regras, instituída pelos EUA e seus principais aliados, ao mesmo tempo em que se esforça por manter a hegemonia e a influência no Oriente Médio, África, América Latina e Caribe, ameaçadas pela projeção de poder russa e expansão comercial e financeira chinesa.

Ao final da XV Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA) – fórum de promoção da cooperação e da confiança mútua entre as forças armadas regionais e de debates de temas relativos à Defesa e à Segurança no Hemisfério –, realizada na capital brasileira em julho de 2022, 21 países assinaram o pronunciamento conjunto intitulado “*Declaração de Brasília*”⁸, no qual reafirmam o compromisso de manutenção da paz e respeito à soberania e à integridade territorial das nações, dirigindo esforços para a preservação do meio ambiente, a ajuda humanitária e o combate ao crime organizado transnacional. Os diferentes princípios que regem as relações internacionais dos participantes da Conferência fizeram com que os países divergissem quanto ao grau de condenação da invasão da Ucrânia pela Rússia, o que demonstra não haver mais, na região, uma visão predominante sobre as questões globais, sugerindo que a hegemonia norte-americana no Continente se esmaeceu ao longo das últimas décadas. No documento, também se evidencia que não há a percepção de uma ameaça comum, tampouco do envolvimento em conflitos armados interestatais, o que justifica a moderada manutenção de forças e de gastos de defesa nas Américas, exceto no caso dos EUA.

Concluindo, ainda não é possível avaliar se as estratégias norte-americanas serão suficientes para estabelecer uma postura dissuasória e um balanço de forças capazes de conter as pretensões hegemônicas e territoriais chinesas e russas, particularmente, na região da Ásia-Pacífico.

⁷ Segundo o U.S. DoD, a dissuasão integrada envolve todos os domínios e todo o espectro de conflito. Também significa integração de todos os instrumentos do poder nacional e integração entre os aliados e parceiros.

⁸ <<https://static.poder360.com.br/2022/07/declaracao-ministros-defesa-28jul2022.pdf>>.

Portanto, equilibrar a disputa geopolítica simultânea com Moscou e Pequim continuará sendo o maior desafio para a política externa dos EUA.

2.3. Organização do Tratado de Segurança Coletiva

Como foi abordado no ensaio anterior, a *Collective Security Treaty Organization (CSTO)* é um órgão regional, criado por iniciativa de Moscou, em 1992, após o colapso da União Soviética, como meio de projeção de poder, instrumento de sua política de defesa e pilar da reconstrução da Rússia na Eurásia. Atualmente, é composta por seis Estados-membros: Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Federação Russa, tendo o Afeganistão e a Sérvia como observadores. Geórgia, Azerbaijão e Uzbequistão deixaram a aliança formalmente, enquanto o Turcomenistão se absteve da adesão. Diferentemente da OTAN, em seu tratado constitutivo, a *CSTO* destaca a natureza voluntária da defesa coletiva e a supremacia da soberania nacional sobre a ação coletiva.

Em 2009, a *CSTO* criou a *Collective Rapid Reaction Force (CRRF)*. Trata-se de uma força militar multinacional, para fornecer uma resposta imediata a qualquer ameaça contra um membro da Organização. Além disso, os integrantes da *CSTO* compõem o *Joint Air Defense System* da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

Apesar de ter sido estruturada para combate ao terrorismo, existem muitos cenários de crise geopolítica que poderiam levar a uma atuação externa da *CRRF*, possivelmente em “*frozen conflict zones*”, como Ossétia do Sul, Abecásia ou Nagorno-Karabakh. Nenhum desses territórios é reconhecido como Estado independente pela comunidade internacional; no entanto, essas zonas de conflito recebem amplo apoio material e político-militar de membros da *CSTO* e, em algumas delas, Moscou mantém

presença militar (TOMCZYK, 2018).

Em setembro de 2022, pela segunda vez, a Armênia acionou a Rússia e o bloco militar da *CSTO* ante uma suposta invasão de seu território pelo Azerbaijão⁹. Contudo, a esperada resposta dos mecanismos da *CSTO* não aconteceu, levantando a discussão sobre a permanência da Armênia na aliança. Analistas armênios acreditam que a Rússia não estaria cumprindo os compromissos do tratado da *CSTO* ou do Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua de 1997. Armênia e Azerbaijão possuem um contencioso territorial que, durante décadas, vem gerando confrontos pelo seu controle. Desde os anos finais da era soviética, a região de Nagorno-Karabakh, um enclave de maioria étnica armênia, dentro das fronteiras internacionalmente reconhecidas do Azerbaijão, buscou a unificação com a Armênia. A disputa acabou se transformando em uma guerra em grande escala, que terminou em 1994, com as forças armênias assumindo o controle de sete distritos do Azerbaijão ao redor do enclave, criando uma zona tampão de segurança e uma conexão terrestre com a Armênia. Em 2020, o impasse transformou-se em uma guerra de seis semanas, interrompida por um cessar-fogo mediado pela Rússia. Grande parte da área contestada ficou sob controle do Azerbaijão, região que os armênios ocupavam há mais de 25 anos e na qual pretendiam construir um novo estado étnico-armênio que seria denominado República de Artsakh (DE WAAL, 2021). A questão ainda se arrasta e, apesar dos esforços de mediação, conduzidos pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (*Organization for Security and Co-operation in Europe - OSCE*) – *Minsk Group* – e de forma independente pela Rússia, os dois países continuam empenhados no desenvolvimento

⁹ As autoridades armênias pediram ajuda à Rússia e ao *CSTO*, em maio de 2021, quando as Forças Armadas do Azerbaijão invadiram a Armêniapela primeira vez.

de suas capacidades militares, o que envolve o comércio internacional de armas¹⁰ e aumenta as perspectivas de prolongamento do conflito. Além disso, há o interesse geopolítico russo de manter sua presença militar na região e de construir nova rota de transporte que a ligaria com a Turquia, via Azerbaijão, contornando o território da Geórgia. Atuando como mediadora do conflito fronteiriço entre Armênia e Azerbaijão, a *CSTO* iniciou a implementação do acordo, obtido no âmbito do Conselho de Segurança Coletiva, para enviar a Missão à República da Armênia e avaliar a situação atual, em algumas áreas na fronteira entre os dois países, a fim de elaborar propostas para diminuir a tensão.

Assim como no caso de Nagorno-Karabakh, a incompletude do processo de delimitação e demarcação de fronteiras entre as ex-repúblicas soviéticas tem motivado diversos confrontos regulares de várias escalas e gravidade. Em setembro de 2022, forças do Tadjiquistão e do Quirguistão, dois membros da *CSTO*, voltaram a trocar tiros na fronteira entre os dois países. Foi mais um episódio dos confrontos, que se intensificaram desde 2021, pela disputa de áreas fronteiriças em litígio. Diferentemente das escaramuças fronteiriças anteriores, nesse último incidente, o Tadjiquistão utilizou equipamento militar pesado, causando danos significativos à infraestrutura civil do país vizinho, o que está sendo interpretado como uma ação premeditada e planejada. Embora a questão tenha sido discutida pelos presidentes dos dois países, durante a reunião bilateral realizada à margem da cúpula da Organização de Cooperação de Xangai, em Samarcanda, Uzbequistão, os enfrentamentos, que já deixaram dezenas de mortos e centenas de deslocados, estão longe de terminar. Para analistas, uma resolução duradoura passa pela atuação de atores

¹⁰ <<https://sipri.org/commentary/topical-background/2021/arms-transfers-conflict-zones-case-nagorno-karabakh>>.

externos, incluindo fóruns regionais, como a *CSTO*¹¹.

Em janeiro de 2022, atendendo ao pedido do Presidente do Cazaquistão, Kassym-Jornart Tokayev, a *CSTO* enviou para aquele país uma *Collective Peacekeeping Forces*, composta por unidades militares da Armênia, Bielorrússia, Quirguistão, Tadjiquistão e Rússia, para auxiliar na contenção dos protestos e manifestações que foram desencadeados naquele mês, inicialmente devido ao aumento do preço do gás natural usado em veículos. A atuação da *CSTO* em apoio ao governo contribuiu para a estabilização e normalização política e social do país.

Em suma, a *CSTO* procura desempenhar um papel considerável na promoção da segurança regional, constituindo-se em um instrumento capaz de se opor aos desafios e às ameaças regionais de natureza político-militar. Por outro lado, a Organização faz parte das aspirações hegemônicas da Rússia e de seus interesses geopolíticos no “exterior próximo”. A Rússia percebe que a perda de influência na área pós-soviética poderá prejudicar as chances de recuperar o status de superpotência. Portanto, a *CSTO* é mais um esforço da Rússia em manter estruturas de integração política, econômica e de segurança na região pós-soviética, para que, além de ser uma estrutura de defesa coletiva, constitua-se em um fator de contenção de várias formas de expansão ocidental (KASZUBA, 2019).

Cabe ressaltar que, em um contexto euro-asiático mais amplo, a *Shanghai Cooperation Organisation (SCO)*¹² vem ganhando força

¹¹ <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/09/novo-conflito-estoura-em-ex-republicas-sovieticas-agora-entretadjiquistao-e-quirguistao.ghtml>>

¹² *Shanghai Cooperation Organisation (SCO)* é uma organização política, econômica e de segurança criada em 2001 como sucessora do grupo que formava a *Shanghai Five*. Atualmente, é constituída por Bielorrússia, China, Cazaquistão, Federação Russa, Índia, Irã, Paquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. <<http://eng.sectsc.org>>

e projeção por reunir atores internacionais emergentes de vulto. A última cúpula, ocorrida em setembro de 2022, reuniu os presidentes da Rússia e da China e o Primeiro-Ministro da Índia pela primeira vez depois da invasão da Ucrânia. Foi uma oportunidade de se identificar, com mais clareza, a relação de segurança sino-russa no contexto da guerra ucraniana, além de poder se observar o posicionamento independente da Índia em relação à Rússia e à China. Tanto Xi Jinping quanto Narendra Modi desempenham um papel de equilíbrio ao não endossarem as ações russas e não condená-las explicitamente. No encontro, ambos expressaram “preocupações” sobre o envolvimento da Rússia na Ucrânia. Apesar da proeminência, ficou claro que a *SCO* não se consolidou como bloco monolítico de propósitos comuns, o que demonstra o quão difícil é modular interesses díspares e, em alguns casos, conflitantes, no jogo geopolítico do tabuleiro internacional. Enquanto as autoridades russas e a mídia estatal argumentavam que a *SCO* deu a seus Estados-membros ferramentas para resistir às sanções ocidentais como bloco único, e que a cúpula de Samarcanda contribuiu para a construção de uma nova arquitetura mundial, as autoridades chinesas resistiram à noção de “China e Rússia como um bloco político e militar”. O Conselheiro de Estado da China e Ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, descreveu a presença do Presidente Xi como um “movimento estratégico para quebrar o “cerco” dos EUA à China”. A mídia chinesa também abordou as relações China-Índia, observando que a Índia está tomando medidas econômicas de dissociação da China. Enfim, a Organização constitui-se como fórum de defesa de interesses estatais dos países que buscam alternativas à hegemonia norte-americana, apoiada por seus aliados europeus, e marca a composição multipolar do sistema internacional, na qual Moscou e Pequim procuram espaço de manobra para reformar a ordem mundial (RISING POWERS INITIATIVE, 2022).

2.4 Rússia: comportamento das alianças e parcerias estratégicas militares

O comportamento atual das alianças e parcerias estratégicas russas foi articulado em função da guerra contra a Ucrânia, chamada pelo Kremlin de “operação militar especial”, e de seus efeitos. Nesse contexto, destacam-se a resposta da OTAN à invasão e as múltiplas sanções impostas à Rússia por diversos países, com maior ênfase pelos EUA e pela União Europeia, além do aumento substancial da assistência militar, econômica e humanitária que vem sendo prestada aos ucranianos.

No âmbito multilateral, devido ao poder de veto da Rússia como membro permanente do Conselho de Segurança, as Nações Unidas, por intermédio da Assembleia Geral, apenas obtiveram uma condenação formal da agressão não provocada de Moscou. A Turquia teve relativo sucesso nas tentativas de mediação, com destaque para a liberação do tráfego marítimo de navios de grãos ucranianos pelo mar Negro, aliviando um pouco a crise alimentar global. Assim, por questões estruturais, as Nações Unidas e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (*OSCE*), até o momento, mostraram-se incapazes de prevenir ou acabar com essa guerra.

A aproximação estratégica com a China, anunciada por Putin e Xi Jinping, dias antes da invasão, tem sido analisada com cautela por especialistas. A parceria sino-russa atenua o esforço do “Ocidente” em isolar Moscou e cria uma alternativa importante para a economia russa. Embora tenha se posicionado com moderação a favor da Rússia, para Pequim, a aproximação com Moscou reforçou sua posição antagônica como polo de poder em relação à disputa com a potência hegemônica, fortaleceu sua assertividade sobre as declaradas pretensões na Ásia-Pacífico e deu mais voz às propostas de mudança na ordem internacional.

Além de manter as tradicionais parcerias com países da Ásia Central, Bielorrússia e Sérvia, a Rússia tem buscado estreitar os laços com a Índia e o Irã. Moscou também tem procurado dar amplitude à sua política externa, revigorando, mesmo de forma limitada, os laços com países da América Latina, da África – onde grupos paramilitares russos prestam apoio a vários líderes – e do Oriente Médio, particularmente com Síria, Egito e Israel. Juntamente com as parcerias bilaterais, existem vários fóruns multilaterais com os quais a Rússia procura se integrar e preservar seu status e influência, entre eles, o fórum Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul (BRICS); a Organização de Cooperação de Xangai (*SCO*, sigla em inglês); e o trilateral Rússia, Índia, China (RIC)¹³. No entanto, esses alinhamentos, embora facilitem o diálogo entre os membros, têm um caráter menos formal e possuem influência política limitada.

Nova Délhi é uma grande parceira econômica de Moscou, o que fortalece os laços entre as duas nações. Desde que as relações diplomáticas foram estabelecidas, após a independência da Índia, ambos os países adotam posições semelhantes e apoiam-se mutuamente em questões internacionais. Em 2000, alguns meses após Putin assumir a presidência, a Índia e a Rússia lançaram uma parceria estratégica que se fortaleceu e permanece até hoje. Por outro lado, assim como os EUA, a Rússia tornou-se um

parceiro geopolítico valioso para a Índia¹⁴, que, orientada por uma política externa independente e pragmática, tem criado um espaço estratégico para manobrar entre diferentes parceiros, a fim de administrar geopoliticamente, em melhores condições, a ascensão chinesa na área Indo-Asiática. Porém, o colapso das relações da Rússia com os atores ocidentais, além de aproximar Moscou de Pequim, fez com que a manutenção do equilíbrio, que já havia se tornado complicada depois de 2014, passasse a exigir uma diplomacia mais hábil por parte do governo indiano. Em vista disso, ao lado de várias outras potências regionais, a Índia vem apostando no aprofundamento das relações com organizações plurilaterais como *QUAD*, *QUAD Plus*¹⁵, JAI (Japão-América-Índia) etc. Embora a Rússia tenha se movido em direção a uma agenda beligerante e considerada “anti-Occidente”, a Índia, mesmo movendo-se na direção oposta, mantém a histórica parceria com Moscou para promover seus interesses nacionais (KAPOOR, 2022).

Apesar da parceria entre Rússia e Irã ter um histórico de relações difíceis, devido às oposições de raízes ideológicas, geopolíticas e

¹³ O RIC tem sido apontado como um dos mais influentes trilaterais de alto nível na Eurásia. Foi apelidado de “triângulo estratégico de Primakov” em deferência ao ex-Primeiro-Ministro russo que imaginou o conceito como uma tríade anti-EUA no final dos anos 90. Ao longo dos anos, o RIC tem sido continuamente apresentado como uma plataforma não-ocidental significativa para diálogo e cooperação que foi definida para moldar uma nova ordem multipolar. No entanto, o potencial nunca foi utilizado, embora a ótica continuasse a chamar a atenção, pois o agrupamento esbarrava em uma série de questões divergentes. Esses fatores certamente se combinaram para limitar as perspectivas de engajamento trilateral e, por extensão, o desenvolvimento do formato RIC. Ver: <<https://jamestown.org/program/the-russia-india-china-trilateral-after-ukraine-will-beijing-take-the-lead/>>

¹⁴ Três fatores centrais fazem com que a Índia mantenha laços vitais com a Rússia: a estratégia e a diplomacia em promover um sistema internacional multipolar e estabelecer um equilíbrio de poder no Sul da Ásia; o comércio de armas, sendo a Rússia seu principal fornecedor de material bélico; e o comércio de energia, tendo Moscou como importante fornecedor de petróleo e carvão. Além disso, as importações de óleos comestíveis e fertilizantes da Rússia e da Ucrânia são fundamentais para a segurança alimentar indiana. Para mais informações, ver <<https://sgp.fas.org/crs/row/R47221.pdf>>

¹⁵ O conceito de “Quad Plus”, que já circula há algum tempo, mas permaneceu abstrato até agora, torna-se cada vez mais importante. Em 2020, representantes da Coreia do Sul, Vietnã e Nova Zelândia foram incluídos na reunião semanal do *Quad*. Em maio, a intenção do formato “plus” foi reforçada, quando os Estados Unidos sediaram uma reunião das nações *Quad*, que também incluiu Brasil, Israel e Coreia do Sul, para discutir uma resposta global ao COVID-19. Avançando, o formato “plus” pode ser enquadrado como uma “aliança conjectural”, que revela o crescimento do minilateralismo estratégico das nações envolvidas. Ver: <<https://thedi diplomat.com/2022/01/making-quad-plus-a-reality/>>

estratégicas, a cooperação entre os dois países tem aumentado e se fortalecido. Rússia e Irã possuem um envolvimento comum na Guerra da Síria e formaram uma parceria militar significativa, principalmente com o fornecimento de sistemas de armas russos para o Irã. Apesar da relação comercial entre os dois países ser limitada, o aprofundamento dos laços russo-iranianos se reflete ainda em sua crescente integração na região da Eurásia, particularmente em acordos e iniciativas regionais comuns, como o *International North-South Transport Corridor (INTC)*¹⁶, a Organização de Cooperação de Xangai e a *Eurasian Economic Union (EAEU)*¹⁷ (BALLESTEROS MIGUEL, 2022).

Ghoncheh Tazmini (2021), especialista em estudos iranianos, afirma que Rússia e Irã compartilham uma visão geopolítica de mundo semelhante, moldada por peculiaridades culturais e civilizacionais e uma oposição comum ao sistema de poder atlantista liderado pelos EUA, conferindo-lhes um alinhamento estratégico que fundamenta a relação bilateral. Minimizando as divergências entre Moscou e Teerã, outros analistas consideram que, além do alinhamento ideológico, o fortalecimento da parceria entre os dois países depende da sobreposição de interesses de segurança, principalmente do intercâmbio de tecnologias militares sensíveis, compartilhamento de inteligência e cooperação na área cibernética (THERME, 2022). Além disso, tanto a Rússia quanto o Irã tornaram sua cooperação uma forma de contrabalançar as sanções e o isolamento internacionais. Especialistas russos recomendam que Moscou deve preservar as relações com o

Irã, em um nível elevado, de forma pragmática e equilibrada, devido ao seu potencial econômico, pela sua importância geopolítica regional e pela comunhão de interesses político-militares (DEMIDENKO, 2014).

Imediatamente após a dissolução da União Soviética, a Rússia deu início a um crescente processo de reintegração da área pós-soviética, obtendo um sucesso parcial, ao manter sob sua órbita alguns países que compunham o bloco. A partir daí, os Estados anteriormente pertencentes à URSS buscaram várias formas de integração, criando múltiplos arranjos coletivos de cooperação voltados para a economia e a segurança. Na esfera da defesa, os principais acordos criados, principalmente sob a liderança de Moscou, fundaram-se com o objetivo de compartilhar atividades de inteligência, combater o terrorismo e constituir mecanismos de segurança coletiva para resistir às ameaças externas, preservando a integração regional e neutralizando a influência ocidental. Assim, por intermédio de pactos econômicos, alianças e parcerias militares, Moscou tem conduzido sua política externa, de forma a estruturar a segurança russa e a preservar o controle e a influência em seu “exterior próximo”¹⁸. O motivo dos esforços da Rússia para reintegrar essa região é a crença historicamente orientada no papel de Moscou como líder nessa parte do mundo e os fortes laços

¹⁶ Projeto conjunto de uma rede de ferrovias, rodovias e rotas marítimas de 7.200 km que conecta a Rússia e a Índia através do Irã, com grande potencial para dinamizar a arquitetura de transporte e logística da região, interligando mercados a um custo menor.

¹⁷ A Eurasian Economic Union (EAEU) é, essencialmente, um bloco comercial e alfandegário liderado pela Rússia, que começou em janeiro de 2015 e, além da Rússia, também inclui Cazaquistão, Bielorrússia, Armênia e Quirguistão.

¹⁸ Expressão que representa o entorno estratégico russo, conformado pelo antigo espaço soviético (ex-repúblicas da URSS e seus países satélites), e que orienta prioritariamente a diplomacia russa nas relações com seus vizinhos. O Kremlin atribui importância vital aos países que compõem seu exterior próximo, por interesses políticos, econômicos e de segurança, além de aspectos históricos e culturais. Baseado nesses dois últimos aspectos, a Rússia tem justificado a intervenção em outros países, alegando a defesa de grupos de origem étnica russa neles estabelecidos. Essa concepção de identidade russa parte do pressuposto que a nacionalidade é determinada pelo princípio do *jus sanguinis* (direito de sangue) e não pelo local onde as pessoas nascem, o *jus solis* (direito do solo). O Presidente Putin considera que tem de proteger os russos fora da Rússia, parte da nação que não está no território russo.

culturais, econômicos e políticos que a conectam com as ex-repúblicas soviéticas.

A Rússia tem demonstrado sua intenção e capacidade, embora limitadas, de conduzir operações militares e outras atividades estratégicas no Hemisfério Ocidental. Essas atividades parecem projetadas para se contrapor aos EUA e compensar o isolamento político e econômico internacional da Rússia causado por sua ação militar na Ucrânia. Embora a agricultura possa dar à Rússia alguma influência no Cone Sul, o principal veículo do país para se relacionar com a região é a venda de equipamentos militares, treinamento, educação e outras relações de apoio. Nos últimos meses, a Rússia enviou equipamentos militares e tropas para a Venezuela, prestando assistência técnica ao regime do Presidente Nicolás Maduro. Recentemente, o governo da Nicarágua autorizou soldados russos, aeronaves, navios e armas a operarem em solo nicaraguense em apoio ao combate às drogas, comunicações militares, treinamento e outras operações. O regime cubano está comprometido em se alinhar à Rússia em oposição aos Estados Unidos e ao seu projeto geopolítico mais amplo, inclusive, cooperando seletivamente com ela no Hemisfério Ocidental. Mais recentemente, foi realizada na Venezuela uma competição de atiradores militares com a participação de equipes da Rússia, China, Irã e sete outros países (ELLIS, 2022).

Sobrepondo os interesses geopolíticos aos interesses econômicos, a Rússia avançou no seu objetivo de preservar seu exterior próximo, ocupando parte do território ucraniano por meio da guerra, a fim de mantê-la como extensão dos seus domínios. As graves sanções impostas e a implacável resistência ucraniana não foram suficientes para que o presidente Putin empregasse a mesma estratégia usada em 2014 na Crimeia, de anexar regiões conquistadas, após a realização de referendos que procuraram dar legitimidade ao ato. A guerra inconclusa chega a mais um impasse. O Kremlin quer negociar

o fim das hostilidades, dando sinais de estar “satisfeito” com a expansão de suas fronteiras. A Ucrânia declarou que vai continuar resistindo. Entre a estagnação e a escalada do conflito, também há a possibilidade de ocorrer uma guerra de resistência prolongada. O desenrolar da guerra definirá o direcionamento e a dinâmica das alianças e parcerias estratégicas russas no tabuleiro internacional.

A Rússia ressurgiu como uma potência influente, no cenário internacional e no jogo geopolítico mundial, constituindo-se em um país-chave na arquitetura de segurança e na estabilidade política no espaço euroasiático. Em nome da preservação da influência em seu exterior próximo e de princípios eurasianistas¹⁹, Moscou está tentando redesenhar as fronteiras terrestres pelo uso da força, o que tem abalado a ordem mundial e provocado o realinhamento do tabuleiro global. No longo prazo, o esforço prolongado de guerra, combinado com o efeito das sanções que vem sofrendo, pode restringir a capacidade russa de agir estrategicamente para se estabelecer como potência polo, em um sistema internacional em mudança. Desde a deterioração nas relações da Rússia com o Ocidente, verificou-se um redirecionamento da diplomacia russa em relação às potências regionais não ocidentais, como China, Índia e Irã. Moscou preserva a integração regional e sua inserção global pela atuação em organismos regionais e aproximações minilaterais. Assim, a estratégia da Rússia tem por base a promoção de um sistema mundial multipolar, a fim de criar alternativas à universalização de valores

¹⁹ A concepção atual do termo “Eurasianismo” ou “Neo-eurasianismo”, basicamente formulado pelo russo Alexander Dugin, considera-o como uma teoria geopolítica associada a uma filosofia geral, que propõe uma alternativa à globalização “de cunho Ocidental”, a partir da qual Moscou, como centro eurasiático, deveria estabelecer novos eixos estratégicos de integração continental, principalmente com Teerã, Nova Délhi e Ancara.
Ver: <<https://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/51/49>>.

normativos e às estruturas de poder impostas pela potência hegemônica e seus aliados.

2.5 China: comportamento das alianças e parcerias estratégicas militares

A China afirma estar promovendo um modelo mais inclusivo de relações internacionais, por intermédio de organismos multilaterais nos quais desempenha um papel central, como a Organização para a Cooperação de Shangai e o BRICS. Além disso, o governo do Presidente Xi Jinping construiu uma rede de parcerias estratégicas multilaterais e bilaterais de base comercial e financeira, ditas de soma positiva²⁰. Pequim tem se esforçado em fortalecer os laços com a Rússia e se aproximar da Índia, de modo que os interesses comuns possam superar as divergências existentes entre eles, constituindo assim uma tríade capaz de moldar uma estrutura multipolar no sistema internacional. Alguns analistas consideram que, para o “Ocidente”, a China é um parceiro, um concorrente econômico e um rival sistêmico. Nesse sentido, a rivalidade sistêmica envolve uma disputa pela influência sobre o futuro da ordem internacional, suas normas, regras, práticas e instituições, sobre os modos de governança global (BOND, 2022), com propostas como a recém-lançada *Global Security Initiative (GSI)*²¹. A base política para o desenvolvimento das relações diplomáticas entre a China e os demais países repousa no princípio fundamental de sua política externa que é o reconhecimento da Política de “Uma Só

China”²².

A China e a Rússia mantêm uma relação estratégica multidimensional, envolvendo conexões políticas, militares, diplomáticas e econômicas. Após décadas de flutuações dessa aproximação, analistas atribuem que o atual dinamismo da relação entre os dois países remonta a 2014, após a anexação da Crimeia pela Rússia, quando Moscou direcionou sua política externa ao fortalecimento dos laços com países não ocidentais. A relação se assemelha a um alinhamento não vinculativo, fundamentado na oposição compartilhada à ordem mundial baseada em regras estabelecidas pela potência hegemônica, a fim de torná-la mais multipolar. A cooperação militar é significativa, abrangendo intercâmbios e exercícios conjuntos, com o desenvolvimento de interoperabilidade, bem como compartilhamento de inteligência e desenvolvimento conjunto de sistemas de armas, o que tem contribuído para a crescente sofisticação da indústria de defesa chinesa. Ambos os países construíram também fortes laços comerciais e financeiros, buscando equalizar as assimetrias e os interesses sobrepostos, como a *Belt and Road Initiative (BRI)* e a *Eurasian Economic Union (EAEU)*. Por outro lado, seguindo o princípio de “formar parcerias, não alianças”, Pequim mantém uma flexibilidade nas relações internacionais, o que lhe permite manter um distanciamento estratégico face a determinados assuntos globais e aos interesses nacionais (BOWEN, 2022).

As pretensões territoriais chinesas na Ásia Oriental levaram os países envolvidos nas áreas contestadas a se aproximarem dos

²⁰ Em teoria dos jogos e em teoria econômica, um jogo de soma zero se refere às relações em que o ganho de um interveniente implica a perda de outro; já no jogo de soma positiva, se verifica ganho mútuo.

²¹ Em 21 de abril de 2022, o Presidente Xi Jinping fez um discurso na cerimônia de abertura da Conferência Anual do Fórum Boao para a Ásia, propondo a *Global Security Initiative*. A iniciativa demonstra a intenção chinesa em moldar a governança global e a arquitetura de segurança internacional.

²² Política baseada no princípio de que há apenas uma China no mundo. Nesse sentido, o governo da República Popular da China (RPC) é o único governo legal que representa toda a China. Esse princípio se aplica, principalmente no caso de Taiwan, ao fato de que o Governo de Pequim considera parte da China, admitindo-se, no momento, dois sistemas. Isso implica o não reconhecimento da soberania da República da China (ROC), instalada na ilha após a revolução de 1949.

EUA, que tenta estabelecer um equilíbrio de poder dissuasivo na região, potencializando, inclusive militarmente, seus aliados e parceiros. Pequim observa essa dinâmica e atua em sentido contrário. Primeiramente, ampliado suas capacidades militares, que de certa forma foram demonstradas no caso da visita da Presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, a Taiwan. Além disso, a China busca ampliar as relações bilaterais no Indo-Pacífico, aumentando sua área de influência, como demonstraremos a seguir, apresentando alguns casos que expressam o comportamento atual da política externa chinesa no âmbito regional e global.

Um de seus parceiros significativos é a Coreia do Norte. Em setembro deste ano, o Presidente Xi Jinping afirmou que a China mantém uma amizade de longa data com a Coreia do Norte e que essa interação tem avançado continuamente por intermédio de intercâmbios e cooperação. Afirmou, também, sua determinação em manter a comunicação estratégica e desenvolver as relações entre os dois países ainda mais. Apesar de ter apoiado um regime de sanções contra o país, imposto por resoluções do Conselho de Segurança, quando a Coreia do Norte testou dispositivos nucleares e sistemas de lançamento de longo alcance, Pequim tem tentado garantir a estabilidade do regime e afirmar sua influência geopolítica na península coreana.

A China mantém também uma parceria estratégica com o Paquistão, conhecida como “*Pakistan-China All-Weather Strategic Cooperative Partnership*”. No encontro que os líderes dos dois países tiveram em Pequim, no início de 2022, ambos manifestaram o propósito de manter intercâmbios de alto nível e fortalecer os vínculos institucionais²³. O Primeiro-Ministro do Paquistão ressaltou que esse relacionamento

é a pedra angular de sua política externa, expressando, ainda, seu compromisso com a Política de “Uma só China” e apoio às questões de Taiwan, Hong Kong, Xinjiang, Tibet e Mar da China Meridional. Ambos os governos reafirmaram o compromisso de combater o terrorismo e dar continuidade à cooperação de defesa, considerado um importante fator de estabilidade na região. O Paquistão possui um litígio fronteiriço com a Índia nas áreas de Jammu e da Caxemira, que já levou os dois países à guerra.

Em maio de 2022, a China e as Ilhas Salomão chegaram a uma série de importantes consensos que aprofundam a cooperação bilateral entre os dois países, demonstrando a disposição de Pequim em garantir a movimentação marítima na região. Embora o acordo tenha por base a integração comercial e financeira, em consonância com a iniciativa de desenvolvimento global proposta pela China, também é prevista a cooperação para a promoção conjunta da segurança, além de outras áreas como conectividade e mudanças climáticas. Em comunicado oficial²⁴, a China admite que os dois governos firmaram um acordo-quadro de segurança bilateral, mas nega que isso faça parte de um projeto de segurança regional para os países insulares do Pacífico.

Em junho de 2022, durante a realização da 14ª Cúpula do BRICS, Xi Jinping fez um importante discurso intitulado “Promovendo Parcerias de Alta Qualidade e embarcando em uma Nova Jornada de Cooperação do BRICS”²⁵. Da mesma maneira que se manifestou na reunião da *SCO*, o líder chinês evocou os princípios que devem orientar a cooperação entre os cinco países. Em particular, declarou a intenção de trabalhar com os parceiros do BRICS para

²³ Joint Statement between China and Pakistan: <http://us.china-embassy.gov.cn/eng/zgyw/202202/t20220206_10639501.htm>.

²⁴ <https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202206/t20220603_10698478.html>

²⁵ <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202206/t20220624_10709235.html>

operacionalizar a *Global Security Initiative (GSI)*, que defende uma nova visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável, o que pode ser visto como mais uma forma de expandir sua participação na governança global.

Nos últimos 20 anos, a China aumentou seus laços políticos, diplomáticos e econômicos com a América Latina e o Caribe (ALC), refletindo o esforço global chinês de expansão das atividades comerciais e financeiras, bem como de ampliar sua influência, a partir de relacionamentos que considera mutuamente benéficos. A aproximação e a institucionalização do envolvimento chinês na região foram estabelecidas por intermédio de vários acordos de parceria bilateral, incluindo “parcerias estratégicas abrangentes” com Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Peru e Venezuela. Os esforços diplomáticos da China, muitas vezes com envolvimento direto de Xi Jinping, incluem ser observador na Organização dos Estados Americanos (OEA), membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) e participante do fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (*APEC*, sigla em inglês). Desde 2015, o fórum China-Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) tornou-se a plataforma oficial pela qual a China vem se relacionando com os países da ALC. Em 2018, a China convidou os países da ALC a participar de sua *Belt and Road Initiative (BRI)*, que se concentra no desenvolvimento de infraestrutura promovida por Pequim em todo o mundo. Até o momento, 21 países da ALC participam do *BRI*.

A China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, Chile, Peru e Uruguai e o segundo maior parceiro comercial de muitos outros países. As iniciativas chinesas seguem a política sobre a ALC, divulgada, em 2016, por meio de documento²⁶ que afirma a disposição em

fortalecer a cooperação com base em “igualdade e benefício mútuo”, em várias áreas-chave, inclusive no campo da defesa. Nesse caso, ocorre por intermédio de intercâmbios, bem como de cooperação comercial e tecnológica de sistemas militares. Em termos econômicos, a inserção da China na ALC tem sido positiva, no sentido de contribuir com o desenvolvimento dos setores de energia, logística e infraestrutura, além de dinamizar os fluxos comerciais e oferecer recursos financeiros para investimentos. Se, por um lado, na esfera militar, sua influência permanece muito reduzida, por outro, a China tem criado uma significativa interdependência com a maior parte dos países da ALC, além de angariar apoiadores dos posicionamentos chineses nas questões de maior relevância e interesse debatidos nos fóruns internacionais, entre elas a questão de Taiwan (SULLIVAN, 2022).

A China tornou-se o parceiro comercial mais importante para a maioria dos países do mundo, fazendo com que a força gravitacional de seu peso econômico seja inevitável. Embora sua ascensão se manifeste mais expressivamente em termos econômicos, é impulsionada pela política e tem enormes implicações para o resto do mundo, incluindo a ALC. Dessa forma, apesar de distante, a China se faz presente no Hemisfério Ocidental. Assim, o desafio consiste em moldar uma cooperação eficaz, o que requer acomodação mútua e uma vontade das partes envolvidas de ajustar a forma como definem seus interesses nacionais.

3. Não Alinhamento: uma possibilidade viável?

Após a invasão da Ucrânia pela Rússia, com o incremento da disputa estratégica, o *não alinhamento* tornou-se uma opção atraente para os países do Sul Global.

²⁶ China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean, 2016: <<http://english.www.gov.cn/archive/>

white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm>.

Vários Estados da Ásia, da África e da América Latina demonstraram um comportamento próprio em relação à coalizão ocidental, a saber: relutância em endossar sanções contra a Rússia e desconforto com a ideia de uma nova Guerra Fria. Para esses países, a ordem existente não aborda suas necessidades de segurança, suas preocupações existenciais sobre alimentos e finanças ou ameaças transnacionais. Em tempos tão incertos, o *não alinhamento* ou a *autonomia estratégica* atraem líderes que veem a polarização global como prejudicial a seus interesses. Vários desses Estados, inclusive, estão preocupados com a crise generalizada da dívida nos países em desenvolvimento, exacerbada pela pandemia, pela guerra na Ucrânia e pelo estado geral da economia mundial. Quanto mais os Estados Unidos, a Rússia, a China e outras potências pressionarem a escolha por um lado, mais esses países serão atraídos para a autonomia estratégica (MENON, 2022). Assim, algumas nações declaram a intenção de não integrar nenhuma aliança militar e, em tempos de paz, seguem uma política de não-alinhamento. Essa postura pressupõe obrigações de imparcialidade, renúncia à ajuda aos beligerantes e a certeza de manutenção da integridade de seu território.

A guerra na Ucrânia expôs, ainda mais, a pressão que os países vêm sofrendo em relação ao crescente cenário de disputa global entre potências. A oposição criada entre o “Ocidente” e Moscou, pela agressão liderada pelos EUA e pelos países da União Europeia (UE), trouxe de volta os ares da bipolarização internacional, tendo a Rússia e a China no outro polo extremo, em que pese a posição cautelosa assumida por Pequim sobre o conflito. Por outro lado, algumas das maiores democracias do mundo, como Índia, Brasil, Indonésia, África do Sul e México, adotaram uma postura cuidadosamente “neutra” em relação à guerra, mesmo que tenham, em algum momento, condenado a invasão. A Índia, inclusive, resgatando suas raízes de não alinhamento, aproveitou-se da situação para

comprar mais petróleo da Rússia, apesar das sanções ao comércio com Moscou (HEINE, 2022).

Dessa forma, o incremento da competição internacional, em um mundo globalizado e interdependente, faz com que os países emergentes busquem salvaguardar sua autonomia e evitem o alinhamento incondicional a qualquer uma das grandes potências, resgatando algumas tradições do *Movimento dos Países Não Alinhados (NAM)* e inspirações da “escola de autonomia” da literatura latino-americana de RI.

A polêmica anexação das regiões ucranianas ocupadas pela Rússia, mediante a realização de plebiscitos, suscitou diversas manifestações de repúdio e não reconhecimento do ato. Entretanto, no dia 30 de setembro, na votação para a aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que consideraria ilegais os referendos na Ucrânia, não reconhecendo as mudanças na linha de fronteira, China, Índia e Brasil se abstiveram de votar. A Resolução foi vetada pela Rússia²⁷.

Nesse contexto, o BRICS possui um papel fundamental como espaço de discussão político-diplomática na cooperação para questões globais. O BRICS, que realiza reuniões periódicas de alto nível e possui seu próprio banco – o *New Development Bank (NDB)* –, posiciona-se como interlocutor do Sul Global, criando ligações e redes entre países não-ocidentais. Na última reunião dos Ministros de Relações Exteriores do BRICS,²⁸ realizada em setembro deste ano, foram discutidas possibilidades de apoio mútuo de suas iniciativas, na 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU, o que demonstra uma articulação de posicionamento junto aos

²⁷ Ver: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-imprensa/reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-e-relacoes-internacionais-do-brics-nas-margens-da-77a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-22-de-setembro-de-2022>

²⁸ Ver: <<https://news.un.org/en/story/2022/09/1129102>>

organismos multilaterais.

Outro exemplo da abordagem com características de *não alinhamento* aconteceu no final de 2021, quando a maioria dos países latino-americanos participou tanto da Cúpula para Democracias (*Summit for Democracies*), realizada em Washington, como do Fórum Ministerial China-CELAC (*China-CELAC Ministerial Forum*), realizado na Cidade do México, e não via nenhuma contradição em fazê-lo. O fortalecimento dos mecanismos regionais, o compromisso com o multilateralismo, a coordenação regional na governança econômica global e a reorientação das políticas externas latino-americanas para essas novas realidades fazem parte das medidas necessárias para avançar nessa agenda de *não alinhamento* (HEINE, 2022).

Deixar de se alinhar não significa neutralidade e portanto, não impede o país de adotar uma postura sobre determinadas questões internacionais. Esse posicionamento diplomático, pautado no grau de autonomia estratégica que o país possui e nos arranjos bilaterais e coletivos de cooperação que possui, permite que ele possa evitar o alinhamento automático com qualquer dos principais *players* mundiais, garantindo flexibilidade e fazendo prevalecer os interesses nacionais na condução de sua política externa.

4. Conclusão

A guerra na Ucrânia, na *heartland* de Mackinder²⁹, é um ponto de inflexão nas relações internacionais e um incremento na competição estratégica que vem se configurando, nos últimos anos, provocando a recomposição de alianças e parcerias. O conflito trouxe nova energia e determinação para a “aliança ocidental”, congregados contra

emergência de ameaças na Europa e na Ásia-Pacífico, demonstrando unidade de propósito no conjunto da UE/OTAN e outros membros da coalizão hegemônica liderada por Estados Unidos, como Austrália, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul.

Por outro lado, o cenário aumentou o dinamismo na reconfiguração estratégica articulada pela China e pela Rússia, tanto nas aproximações bilaterais como no âmbito das organizações multilaterais e minilaterais de que fazem parte. Dessa forma, a China busca ter maior expressão na governança global e nos fóruns internacionais, enquanto a Rússia procura contornar os esforços em isolá-la e reduzir sua capacidade de manobra no tabuleiro internacional.

Esses antagonismos formam polos gravitacionais de atração e repulsão, aos quais os países vão se aglutinando conforme seus interesses e interdependência. Países emergentes, que possuem certo grau de autonomia, têm conseguido transitar em diferentes órbitas, sinalizando uma postura característica da estratégia do não alinhamento, que teve uma trajetória marginal na Guerra Fria.

Nos últimos anos, os países latino-americanos tentam navegar nas águas agitadas das tensões EUA-China. Questões como projetos de infraestrutura, conectividade digital e implantação da tecnologia têm estado na vanguarda dessas tensões. O fiel da balança para a condução das relações exteriores tem sido a questão da recuperação econômica pós-pandemia e a retomada do desenvolvimento nacional. Assim, alguns governos de países emergentes têm percorrido a linha tênue que lhes permitiu garantir seus interesses, sem serem persuadidos a qualquer alinhamento automático.

Referências

BALLESTEROS MIGUEL, María. *Russia's relationship with Iran in the context of the 21st*

²⁹ MacKinder, Halford J. 1943. The Round World and the Winning of the Peace. ForeignAffairs21.

century geopolitics. Opinionpaper, Instituto Español de Estudios Estratégicos 36/2022. Disponível em: <https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2022/DIEEEO36_2022_MARBAL_Rusia_ENG.pdf>.

BELKIN, Paul. **Previewing NATO's Madrid Summit.** Washington: Congressional Research Service, 2022. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IN/IN11957/3>>.

BOND, Ian; et al. **Rebooting Europe's China strategy.** German Institute for International and Security Affairs. Berlim: 2022. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/publications/products/sonstiges/2022_Rebooting_Europes_China_Strategy.pdf>.

BOWEN, Andrew S. **China-Russia relations.** Congressional Research Service, 2022. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12100>>.

DE WAAL, Thomas. The long road to peace in Nagorno-Karabakh. *World Politics Review*, 2021. Disponível em: <<https://www.worldpoliticsreview.com/pashinyan-s-win-in-armenia-elections-keeps-nagorno-karabakh-truce-alive/>>.

DEMIDENKO S. V. **Iran's regional policy and Russian interests.** In: RIAC. *Modern Russian-Iranian relations: changes and opportunities.* Working paper Russian International Affairs Council, 2014. Disponível em: <<https://russiancouncil.ru/upload/WP14Russia-Iran-En.pdf>>.

ELLIS, Evan. **Russia in the Western Hemisphere:** assessing Putin's malign influence in Latin America and the Caribbean. CSIS, 2022. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/russia-western-hemisphere-assessing-putins-malign-influence-latin-america-and-caribbean>>.

GARAMONE, Jim. **Concept of Integrated Deterrence will be key to National Defense Strategy.** U.S. Department of Defense news, 2021. Disponível em: <<https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/2866963/concept-of-integrated-deterrence-will-be-key-to-national-defense-strategy-dod-o/>>

GOMES FILHO, Paulo Roberto da Silva. **Um mundo mais perigoso.** *Jornal o Estado de São Paulo*, 15 de agosto de 2022.

HEINE, Jorge. The war in Ukraine and the active non-Alignment option. In: TI OBSERVER. **Non-Alignment 2.0.** Taihe Institute, v. 21, Jun. 2022. Disponível em: <<http://www.taiheinstitute.org/UploadFile/files/2022/6/30/11206652fbb64821-c.pdf>>.

KAPOOR, Nivedita. **Russian foreign policy under Putin:** what does it mean for India? Institute for Security & Development Policy, Issue Brief, July 15, 2022. Disponível em: <<https://www.isdp.eu/content/uploads/2022/07/Brief-July-15-2022-Nivedita-Kapoor.pdf>>.

KASZUBA, Malina. **The Collective Security Treaty Organization (CSTO) in the foreign policy of the Russian Federation.** *The Copernicus Journal of Political Studies*, n. 1, Nov. 2019.

MENON, Shivshankar. **A new cold war may call for a return to nonalignment.** *Foreign Policy*, Jul. 2022. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2022/07/01/nonalignment-international-system-alliance-bloc/>>.

NATO Strategic Concept 2022: <https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf>

RISING POWERS INITIATIVE. **Tricky summitry as rising powers meet at Shanghai Cooperation Organization in Samarkand.** Central Asia Program at George Washington University, 21 Set, 2022. Disponível em: <<https://www.risingpowersinitiative.org/2022/09/21/tricky-summitry-as-rising-powers-meet-at-shanghai-cooperation-organization-in-samarkand/>>.

SULLIVAN, Mark P.; LUM, Thomas. **Chinas's engagement with Latin America and the Caribbean.** Congressional Research Service, 2022. Disponível em: <<https://sgp.fas.org/crs/row/IF10982.pdf>>.

TAZMINI, Ghoncheh. **Russia and Iran – a strategic alliance or something more?** The London School of Economics and Political Science, 2021. Disponível em: <<https://www.lse.ac.uk/research/research-for-the-world/politics/>>

russia-and-iran-a-strategic-alliance-or-something-more>.

THERME, Clément. *The Russian-Iran partnership in a multipolar world*. French Institute of International Relations, Russie.Nei Reports, n.37, 2022.

TOMCZYK, Justin. OPFOR, BLUFOR: *A comparative analysis of NATO and the CSTO*. University of Illinois, Program in Arms Control & Domestic and International Security, v. IV, 2018. Disponível em: <<https://ugresearchjournals.illinois.edu/index.php/IJOIS/article/download/549/514/1963>>.

TOWNSHEND, Ashley; CRABTREE, James. US Indo-Pacific strategy, alliances and security partnerships. In: IISS. *Asia-Pacific Regional Security Assessment: key development and trends 2022*. Londres: IISS, 2022. Disponível em: <<https://www.iiss.org/publications/strategic-dossiers/asia-pacific-regional-security-assessment-2022>>.

WALT, Stephen M.; BELFER, Robert; BELFER, Renée. *Which NATO do we need?* Foreign Policy, 2022. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2022/09/14/nato-future-europe-united-states/>>.